

RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.920 - PR (2017/0082611-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **LOURDES DA SILVA RIBEIRO**
ADVOGADOS : **CARLOS ARAÚZ FILHO - PR027171**
: **RODRIGO LAYNES MILLA - PR041511**
RECORRIDO : **CELSO PEREIRA DA SILVA**
RECORRIDO : **ADAIR PEREIRA DA SILVA**
RECORRIDO : **MARIA APARECIDA DA SILVA BETIATO**
ADVOGADO : **FABRÍCIO DE MELLO MARSANGO E OUTRO(S) - PR056947**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por Lourdes da Silva Ribeiro, no qual se alega violação do art. 330, I, do Código de Processo Civil de 1973 (atual 355, I, do Código de Processo Civil de 2015). O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 595):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM SEGUNDA FASE - SENTENÇA JULGANDO BOAS AS CONTAS PRESTADAS PELOS AUTORES - PROVA ORAL INDEFERIDA - DESNECESSIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE - RELATÓRIO DE DESPESAS QUE É INSUFICIENTE PARA O ESCOPO DE PROVAR A DESTINAÇÃO DADA AOS HAVERES DO ESPÓLIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - DESNECESSIDADE - COMPOSIÇÃO ALCANÇÁVEL PELAS PARTES POR MEIOS PRÓPRIOS - DECISÃO MANTIDA.
RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

A recorrente opôs embargos de declaração, que foram acolhidos sem efeito modificativo (fl. 627):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL EM APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÕES - OCORRÊNCIA - SUPRIMENTO PARA FINS DE INTEGRAÇÃO DE JULGAMENTO - EFEITO MODIFICATIVO - DESCABIMENTO.
RECURSO ACOLHIDO SEM EFEITO MODIFICATIVO.

Sustenta que "não é lícito presumir que as despesas realizadas não guardavam relação com os bens inventariados se não foi oportunizado que a recorrente produzisse prova acerca disso" (fl. 637).

Afirma que não há na lei nenhuma exigência de que a prestação de contas se dê de maneira exclusivamente documental.

Argumenta que o acórdão recorrido "manteve a sentença sob o fundamento de não haver provas, cuja produção foi justamente cerceada em primeira instância" (fl. 638).

Alega, por fim, que o julgamento antecipado da lide cerceou o direito de defesa da recorrente.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem manteve o indeferimento de produção de prova oral, conforme os seguintes fundamentos (fls. 598/600 e 630/632):

(...)

Primeiramente, não prospera a arguição da apelante, no sentido de que o julgamento antecipado do processo ensejou cerceamento do seu direito de defesa.

Com efeito, pretendia a apelante produzir prova oral com o escopo de esclarecer a dinâmica dos fatos, e assim demonstrar a regularidade de sua atuação no exercício do cargo de inventariante dos bens de Feliz Pereira da Silva e Dirce dos Santos Silva.

Sucedem que não tem lugar, em sede de prestação de contas em segunda fase, a produção de provas orais, eis que as normas contidas nos arts. 915, § 2º c/c 917 do CPC estabelecem que tais devam ser prestadas por escrito, na forma contábil, e instruída com documentos que especifiquem as receitas e suas respectivas destinações. Trata-se, à evidência de prova documental e pré-constituída que não se sujeita à comprovação por outro meio, quiçá através de oitiva de partes ou testemunhas. Acerca da questão, colhe-se da doutrina de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero "As contas devem ser registradas historicamente e comprovadas".

(...)

De outro tanto, também não há como se ter por verificada a nulidade da sentença pelo fato de não se ter designado audiência conciliatória

para tentativa de composição das partes, eis que isso pode ser alcançado a qualquer tempo, inclusive sem a intervenção do Juízo.

Por fim, cumpre salientar que a própria apelante reconhece a insuficiência das contas que prestou quando ressalta, no seu apelo que "a maioria desses pagamentos se deu antes da nomeação de inventariante da ora apelante, porém, não se pode retirar a legitimidade desse seu direito, já que tais despesas foram em benefício dos herdeiros e do próprio espólio."

Portanto, soa ilógico proclamar a nulidade da sentença, para propiciar a instrução do processo através de provas orais que não se prestam ao desiderato que se pretende, ou mesmo ainda, para possibilitar uma tentativa de conciliação que bem pode ser alcançada pelas partes, independentemente da intervenção do Juízo. Basta que os envolvidos reflitam acerca das consequências que as beligerâncias criadas entre os herdeiros têm ocasionado aos respectivos direitos hereditários, que vem paulatinamente se depauperando pelo decurso do tempo e pela consumição de elevados recursos financeiros com custeio de despesas processuais e honorários profissionais.

Pelo exposto, proponho que se negue provimento ao recurso, mantendo hígida a r. sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.

(...)

2. O recurso em questão é cognoscível, já que não houve mesmo pronunciamento deste Colegiado sobre alguns dos pontos referidos na manifestação da embargante, o que justificar o acolhimento, para fins de suprir as faltas apontadas.

A embargante afirma que este Colegiado deveria se pronunciar, de ofício, acerca da necessidade de se ordenar a realização de perícia contábil antes de julgar as contas apresentadas.

Sem razão. Como exposto por ocasião do julgamento "em sede de prestação de contas em segunda fase, a produção de provas orais, eis que as normas contidas nos arts. 915, § 2º c/c 917 do CPC estabelecem que tais devam ser prestadas por escrito, na forma contábil, e instruída com documentos que especifiquem as receitas e suas respectivas destinações. Trata-se, à evidência de prova documental e pré-constituída que não se sujeita à comprovação por outro meio, quiçá através de oitiva de partes ou testemunhas".

No que respeita à arguida possibilidade de se ordenar a realização de perícia para aferição da regularidade das contas, a embargante parte

de equivocada premissa para defender a prova. E isso porque o acolhimento das contas que foram apresentadas pelos apelados, com a consequente constituição de crédito em seu favor, não decorreu de aparente incongruência dos cálculos por ela apresentados. Decorreu, como salientou o il. Sentenciante, da constatação de que "praticamente todas as despesas relacionadas pela parte ré em sua prestação de contas não dizem respeito à administração dos bens do espólio". E também, porque "não sobreveio a este Juízo nenhum pedido de autorização para realização de tais despesas, tampouco comprovação de pagamentos relativos a tributos".

Como se vê, a rejeição das contas apresentadas não decorre de aparente incongruência, mas sim da não comprovação documental de que os pagamentos que arrolou foram realizados em prol do espólio. Daí a desnecessidade de se ordenar a realização de prova pericial.

No que respeita à arguida possibilidade deste Colegiado ordenar a realização da prova, em atendimento ao disposto pelo art. 515, § 3º do CPC, ressaí evidente a inaplicabilidade do dito regramento ao caso.

Com efeito, dispõe o art. em questão, in verbis: "Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento".

Casuisticamente, a sentença extinguiu o processo com exame de mérito, o que, por sim, impediria qualquer iniciativa probatória por parte deste Colegiado, mesmo porque não se reconheceu qualquer cerceamento do direito de defesa em prol da embargante.

No que diz respeito à necessidade de pronunciamento deste Colegiado acerca dos pagamentos feitos pela embargante, que foram rejeitados mas que teriam supostamente sido em prol do espólio, é necessário salientar que a atuação malfez a regra do art. 992, III, do CPC, que é textual em exigir que o inventariante deve, antes de pagar dívidas do espólio, obter prévia autorização judicial.

Sendo assim, proponho que os presentes embargos sejam acolhidos somente para fins de integração do julgamento, e também, para ter por prequestionados todos os temas trazidos a supridos os pontos referidos nos embargos, sem conferir-lhe qualquer efeito modificativo.

(...)

Com efeito, observo que não foram impugnadas, nas razões do especial, todos os argumentos adotados pelo acórdão recorrido, especificamente a questão de que,

"não tem lugar, em sede de prestação de contas em segunda fase, a produção de provas orais, eis que as normas contidas nos arts. 915, § 2º c/c 917 do CPC estabelecem que tais devam ser prestadas por escrito, na forma contábil, e instruída com documentos que especifiquem as receitas e suas respectivas destinações. Trata-se, à evidência de prova documental e pré-constituída que não se sujeita à comprovação por outro meio, quiçá através de oitiva de partes ou testemunhas (...)" (fl. 598), o que faz incidir o óbice do enunciado n. 283 da Súmula do STF.

Por fim, registro que rever a conclusão do Tribunal de origem, o qual afastou o alegado cerceamento de defesa, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora